



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 12 / 06 / 1997
C	dc
Rubrica	

Processo : 10746.001467/95-23

Sessão : 17 de abril de 1997  
Acórdão : 203-03.019  
Recurso : 100.123  
Recorrente : RAIMUNDO BEZERRA RODRIGUES  
Recorrida : DRJ em Brasília - DF

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - LANÇAMENTO** - Imposto lançado com base no Valor da Terra Nua - VTN fixado pela autoridade competente nos termos da Lei nº 8.847/94 e IN SRF nº 16/95. Os laudos apresentados precisam atender ao parágrafo 4º, artigo 3º da referida Lei.  
**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por: RAIMUNDO BEZERRA RODRIGUES.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Sérgio Nalini  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros F. Maurício R. de Albuquerque Silva, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Renato Scalco Isquierdo, Henrique Pinheiro Torres (Suplente) e Roberto Velloso (Suplente).

mdm/RS



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10746.001467/95-23

Acórdão : 203-03.019

Recurso : 100.123

Recorrente : RAIMUNDO BEZERRA RODRIGUES

## RELATÓRIO

O contribuinte acima identificado, foi notificado (fls. 02) a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR/94, e demais consectários legais, referente ao imóvel rural denominado Fazenda Barreiro, de sua propriedade, localizado no Município de Ponte Alta do Tocantins - TO, com área total de 1.037,9 ha.

Impugnando o feito às fls. 01, o requerente alega que o valor comercial das terras na região são inferiores ao Valor da Terra Nua mínimo - VTNm imputado pela Secretaria da Receita Federal.

A interessada apresenta, entre outros documentos, o Laudo de fls. 10/11.

A autoridade julgadora, DRJ em Brasília, determinou a manutenção da cobrança conforme ementa de decisão abaixo transcrita (fls. 20/21):

### IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL EXERCÍCIO 1994.

O Valor da Terra Nua - VTN, declarado pelo contribuinte, será rejeitado pela Secretaria da Receita Federal quando inferior ao VTNm/ha fixado para o município de situação do imóvel rural.

- IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA.”

Irresignado, o recorrente interpôs Recurso de fls. 25/30, que, por sua complexidade e extensão passo a lê-lo aos senhores Conselheiros.

Em atendimento ao disposto no artigo 1º da Portaria MF nº 260/95, manifesta-se a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, fls. 32/33, pela manutenção do lançamento em conformidade com a decisão singular, tendo em vista que o mesmo atendeu a legislação em vigor, Lei nº 8.847/94 e IN SRF nº 16/95, e os laudos apresentados não foram aceitos para a finalidade a que se destinavam.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10746.001467/95-23  
Acórdão : 203-03.019

79

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO SÉRGIO NALINI

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele tomo conhecimento.

O recorrente sustenta, em sua peça recursal, que houve supervalorização no cálculo do VTN trazendo diversos dados comparativos e o Laudo de fls. 10/11, que não atende aos requisitos previstos no parágrafo 4º, artigo 3º, da Lei nº 8.847/94.

O cálculo do Valor da Terra Nua mínimo - VTNm, para o lançamento de 1994, adotou a sistemática estabelecida pela mencionada Lei nº 8.847/94, por outro lado, o valor por hectare foi fixado pela Instrução Normativa SRF nº 16, de 27/03/95, levantado referencialmente em 31/12/93, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 3º da referida Lei e do artigo 1º da Portaria Interministerial MEFP/MARA nº 1.275, de 27/12/91.

Nestes termos, considerando que o lançamento não feriu nenhum princípio legal e que restaram não comprovadas as alegações do requerente, nos termos da legislação em vigor, nego provimento ao recurso para manter a decisão recorrida.

É o meu voto.

Sala de Sessões, em 17 de abril de 1997

FRANCISCO SÉRGIO NALINI

D